

A COMUNA DE PARIS DE 1871

Edmilson Marques*

O que foi a Comuna de Paris de 1871? Existem diversas interpretações sobre o que foi este evento. O objetivo aqui não é apresentar mais uma interpretação sobre a mesma. Por representar uma das mais marcantes experiências de luta do proletariado revolucionário, então, buscaremos neste pequeno texto ressaltar o seu significado para a perspectiva proletária. É, portanto, à teoria da luta revolucionária da classe operária que recorreremos com o objetivo de abordar de forma breve o que foi e o que representa atualmente a Comuna de Paris de 1871.

Em meados de março de 1871, a classe operária e as demais classes oprimidas de Paris e de alguns centros secundários da França já viviam sob o abominável poder e o ínfimo interesse da classe burguesa. A burguesia encontrava no estado um escudo que a protegia e ao mesmo tempo impedia a radicalização da luta de classes. Trata-se aí do contexto em que o capitalismo já demonstrava como outrora a sua face mais nua e perversa. Como colocou Marx ainda naquele período:

A “sociedade atual” é a sociedade capitalista, que existe em todos os países civilizados, mais ou menos livre de complementos medievais, mais ou menos modificada pelas particularidades do desenvolvimento histórico de cada país, mais ou menos desenvolvida (MARX, 1961, p. 223).

Era neste contexto que se encontrava a classe operária de Paris em março de 1871, ou seja, submetida à repressão estatal e à exploração burguesa. A única alternativa que lhe restava para se livrar daquela situação era assumir a responsabilidade de gerir sua própria vida tomando em suas mãos o controle da sociedade. Assim, “em meio às fraquezas e traições das classes governantes, os proletários da capital compreenderam que chegara sua hora de salvar a situação, tomando nas mãos a direção das questões públicas” (LISSAGARAY, 1991, p. 100). A classe operária, então, se coloca declaradamente à luta aberta e declarada contra seus opressores e exploradores. Marx (1986, p. 63) observa que “a gloriosa revolução operária de 18 de março apoderou-se

* Professor do curso de história da Universidade Estadual de Goiás. Militante do Movimento Autogestionário.

indiscutivelmente de Paris”. Não pestanejaram em assumir o controle de sua própria vida e imediatamente desenvolveram uma nova forma de organização social.

No dia seguinte ao 18 de março foi constituído o Comitê Central, que segundo os próprios comunardos, como eram chamados os integrantes da Comuna, não se tratava propriamente de um governo mas de uma:

Sentinela do povo, como o Comitê de vigilância e organização, encarregado de velar para que não retirasse ao povo, por surpresa ou por intriga, o fruto de sua vitória; encarregado de organizar a manifestação definitiva da vontade popular, isto é, a eleição livre de uma assembleia que represente não apenas as ideias, mas também os interesses da população parisiense (DUNOIS, p. 62)

O Comitê Central seria inferiorizado oito dias depois ao ser submetido à Comuna¹, que seria formada por delegados eleitos por sufrágio universal em cada um dos 20 distritos da grande Paris. O Comitê Central decretara que haveria um conselheiro para cada vinte mil habitantes e fração de dez mil (LISSAGARAY, 1991, p. 111). No dia 26 de março, as eleições são realizadas e Paris passa a ser reorganizada segundo os princípios da Comuna. A partir daí os operários - como expressaram em uma publicação no dia 29 de março, através da qual anunciaram a constituição da Comuna - passaram a ser “os senhores de vossos destinos” (DUNOIS, 1968, p. 64).

A eleição dos integrantes da Comuna por sufrágio universal foi um processo radicalmente distinto do processo eleitoral estabelecido pela democracia burguesa, uma vez que os eleitos “eram responsáveis e substituíveis a qualquer momento” (MARX, 2011, p. 17). Segundo Viana,

O sufrágio universal, aparentemente, é semelhante ao processo da democracia burguesa, representativa, mas possui, no caso da auto-organização comunal, um caráter totalmente distinto. Não se trata de eleições parlamentares, com períodos de mandatos fixos, com os eleitos recebendo salários privilegiados e adquirindo poder e estabilidade. Na verdade, o sufrágio universal significa a supremacia da população sobre os delegados eleitos, cabendo a ela a escolha. Porém, esta escolha remete aos demais princípios – e são estes que mostram a diferença radical em relação à democracia representativa. O princípio da *removibilidade* coloca que qualquer delegado pode ser removido a qualquer momento e o princípio da *substitubilidade* deixa claro que pode

¹ Segundo Marx (2011, p.17), a Comuna foi integrada em sua maioria por operários ou representantes reconhecidos da classe operária.

ser substituído por outro. A decisão sobre a remoção e substituição é realizada pela população e assim esta escolhe, remove, substitui sempre que for necessário, sempre que o delegado não corresponder ao esperado e não seguir as diretrizes às quais deve se submeter. Daí vem o princípio da *responsabilidade*, o mais importante de todos, o que significa que o delegado escolhido não tem autonomia e nem pode criar interesses próprios, tal como na democracia burguesa, e é o que garante a decisão coletiva das assembleias em substituição à autonomização dos eleitos (VIANA, 2011b, p. 09) (grifos meus).

A revogabilidade dos delegados eleitos a qualquer momento era uma forma de impedir o desenvolvimento de relações de dominação, da burocracia, pois eram submetidos aos interesses coletivos, sendo seu papel o de executar as medidas indicadas pelos operários em assembleias. Eram poucos os que acreditavam que a classe operária poderia mostrar para a humanidade o caminho para se efetivar a supressão das classes sociais, “e sua notável atuação política e militar parecia levar a Europa à dúvida sobre se o que via era uma realidade ou simplesmente os sonhos de um passado remoto” (MARX, 1986, p. 63).

Não se tratava de um sonho, era a mais pura realidade aquilo que os operários estavam efetivando, ou seja, o esboço de uma sociedade na qual definitivamente se concretizava a emancipação humana, “a abolição da própria dominação de classe” (MARX, 1986. p. 72). Na luta contra os seus rapinadores, buscaram destruir a expressão mais poderosa da opressão, o estado. Como colocou Bakunin (2011, p. 37) o ato histórico empreendido pela Comuna “foi uma negação audaz, bem pronunciada, do Estado”. A Comuna, ao abolir o exército permanente, a polícia, a burocracia e a magistratura, além do seu aliado, o clero, realizou a abolição do Estado (VIANA, 2011a, pp. 64-65). Com isso, a Comuna destruiu “os dois grandes fatores de gastos: o exército permanente e a burocracia do Estado” (MARX, 1986, p. 75). Não temos muito espaço aqui para apresentar ao leitor com detalhes todas as ações empreendidas pela Comuna² mas apresentaremos algumas das formas sociais que assumiu a sua atuação que nos possibilita ter uma ideia de como se configurou.

² Para um aprofundamento sobre as especificidades da Comuna de Paris de 1871, entre diversas publicações sobre o assunto, sugiro a leitura das seguintes obras: *A Guerra Civil da França*, de Karl Marx (1986); *História da Comuna de 1871*, autoria de Prosper-Olivier Lissagaray (1991); os documentos organizados por Amedée Dunois, publicados na coletânea *A Comuna de Paris* (1968); As obras *A Comuna I* e *A Comuna II*, de Louise Michel (1971) e o livro *Escritos Revolucionários sobre a Comuna de Paris*, coletânea organizada por Nildo Viana (2011).

A pós a supressão do estado e instituição do *autogoverno dos produtores*, os Comunardos trataram de iniciar a reorganização de Paris segundo princípios pautados pelo interesse coletivo da classe operária. A segurança nacional passou para as mãos dos próprios operários ao abolirem o exército permanente e a polícia; empreenderam a abolição da concepção burguesa de estrangeiro, admitindo todos que queriam integrar a Comuna; decretaram a separação entre a igreja e o estado e expropriaram seus bens devolvendo-os aos produtores de Paris, obrigando os padres a voltarem, como faziam os seus antepassados, a viverem das esmolas de seus fiéis; apesar da Comuna não ter tido tempo de avançar com o seu projeto de ensino, foi estabelecido que as escolas fossem abertas à população através da instituição do ensino público sem a interferência da igreja e do estado, e pautada pelo caráter essencialmente socialista e de instrução integral; os funcionários judiciais foram despojados de sua independência e convertidos em funcionários eletivos, responsáveis e demissíveis a qualquer momento; estabeleceu-se que qualquer servidor público, incluindo os membros da Comuna, recebesse salário igual ao de um operário; suprimiram o trabalho noturno para os padeiros; suprimiram os impostos sobre as classes oprimidas e exploradas; instituíram aos patrões a proibição de baixarem os salários e impor multa sobre qualquer que fosse o pretexto; todas as oficinas e fábricas fechadas foram entregues aos operários; realizaram a queima de guilhotinas em praça pública. Em síntese, a Comuna estabeleceu uma transformação radical nas relações sociais, incluindo, inclusive, uma profunda mudança cultural, de consciência, valores, sentimentos etc., como pode ser notado como exemplo na decisão de se demolir a coluna imperial da Praça Vendôme³.

Já não havia cadáveres no necrotério nem assaltos noturnos, nem simples furtos. Pela primeira vez desde os dias de fevereiro de 1848, podia-se andar com segurança pelas ruas de Paris, e isso sem que existisse polícia de qualquer espécie. Já não se ouve falar – dizia um membro da Comuna – de assassinatos, roubos e agressões” (MARX, 1986, p. 83).

³ Os Comunardos defendiam que a Coluna Vendôme, assim também denominada, estátua erigida pela primeira vez em 1810 por Napoleão Bonaparte, era “um monumento de barbárie, um símbolo de força bruta e de falsa glória, uma afirmação do militarismo, uma negação do direito internacional, um insulto permanente dos vencedores aos vencidos” (VINOI, 1968, pp. 74-75), isto é, uma representação da dominação exercida pela classe dominante sobre as demais classes dominadas.

A Comuna foi, portanto, a primeira experiência de luta revolucionária levada a cabo pela classe operária; a manifestação política mais acabada desta classe através da qual demonstrava concretamente o seu projeto de sociedade, cujas características se fundamentaram no autogoverno dos produtores, na autogestão social. Segundo Marx, “a Comuna era, essencialmente, um governo da classe operária, fruto da luta de classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política afinal descoberta para levar a cabo a emancipação econômica do trabalho” (MARX, 1986, p. 76).

Esta experiência perdurou entre 18 de março e 28 de maio. A sua destruição foi realizada pelo estado em apoio à burguesia através de um massacre que teve início no dia 21 de maio e terminou no dia 28 daquele sangrento mês⁴. Ali foi destruída uma experiência que estava caminhando para sua realização a nível nacional. Apesar daquele massacre, o projeto político de organização social apresentado pela classe operária não foi abolido e continua vivo na teoria do proletariado. Os ensinamentos da Comuna vêm se perpetuando até os dias atuais como referência na luta por um mundo novo, por uma sociedade destituída de luta de classe. Sobre isto, Marx assim se expressa:

A Paris dos operários de 1871, a Paris da Comuna será para sempre celebrada como a precursora de uma sociedade nova. A memória de seus mártires viverá, como num santuário, no âmago do coração da classe operária. Seus exterminadores, a História já os pregou a um pelourinho eterno e todas as preces de seus padres não bastarão para resgatá-los (MARX, 1986, p. 97).

O significado histórico da Comuna de Paris de 1871 não ficou no passado, é parte do presente; deve ser lembrado enquanto o objetivo da classe que a gerou não seja efetivado. E seu objetivo continuará como um espectro a assombrar o capitalismo enquanto este existir, até o dia em que este venha ruir pelas mãos das classes exploradas e oprimidas e finalmente, como foi no dia 18 de março de 1871, possamos acordar em uma nova sociedade com o grito “Viva a Autogestão Social!” nos encontrando definitivamente com a liberdade. Em síntese, a Comuna deixou para a humanidade o projeto de uma nova sociedade pautada na autogestão social. A sua construção depende única e exclusivamente da luta revolucionária da classe operária. Isso impõe a aqueles que

⁴ As execuções continuaram após o dia 28 de maio de 1871. Segundo Dunois (1968, p. 52) estima-se que foram mais de 30 mil mortos entre a população operária, 38 mil presos, incluindo mulheres e crianças, e cerca de 28 mil enviados para cárceres das costas do oceano.

almejam a emancipação humana se inserir na luta e contribuir para que o proletariado inicie o mais rápido possível a sua missão histórica.

Referências

BAKUNIN, Mikhail. A Comuna de Paris e a Noção de Estado. In: VIANA, Nildo (org.). *Escritos Revolucionários sobre a Comuna de Paris*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2011.

DUNOIS, Amedée. Textos e Documentos. Compilados e Comentados. In: TROTSKY, L. et al. *A Comuna de Paris*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

LISSAGARAY, Prosper-Olivier. *História da Comuna de 1871*. São Paulo: Ensaio, 1991.

MICHEL, Louise. *A Comuna I*. Lisboa: Presença, 1971b.

_____. *A Comuna II*. Lisboa: Presença, 1971a.

MARX, Karl. *A Comuna de Paris*. In: VIANA, Nildo (org.). *Escritos Revolucionários sobre a Comuna de Paris*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2011.

_____. *A Guerra Civil na França*. São Paulo: Global, 1986.

_____. Crítica ao Programa de Gotha. In: MARX, K. e ENGELS, F. *Obras Escolhidas*, vol. 2. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.

VIANA, Nildo (org.). *Escritos Revolucionários sobre a Comuna de Paris*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2011a.

_____. *O Significado Político da Comuna de Paris*. Florianópolis: Revista Em Debate, ISSN 1980-3532, jul. dez, p. 60-82, 2011b.